

RESENHA DE CONJUNTURA

IJSN – Ano I – Número 16 – Março de 2008

TRANSFERÊNCIAS DE RENDA DE PROGRAMAS SOCIAIS – PNAD 2006 – ES Março/2008

Um levantamento suplementar da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2006¹ sobre o acesso a transferências de renda de programas sociais revelou que cerca de 10 milhões de domicílios particulares no Brasil (18,3% do total) receberam recursos de programas sociais. No Espírito Santo, foram aproximadamente 169 mil moradias beneficiadas com crescimento de 17,4% em relação a 2004.

Na comparação com os três programas em destaque – Programa Bolsa Família (PBF), Benefício Assistencial de Prestação Continuada (BPC) e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) - observou-se que 14,9% do total de domicílios no País (um contingente de 8,1 milhões) receberam recursos do Programa Bolsa Família, enquanto 2,2% corresponderam ao BPC e 0,5% ao Peti.

Os maiores percentuais de domicílios beneficiados por recursos oriundos de programas sociais foram observados em Roraima (50,0%), Maranhão (41,3%) e Piauí (40,2%). No Espírito Santo, a proporção de moradias que recebeu tais transferências foi de 16,0%, bem acima do percentual observado para São Paulo e Rio de Janeiro (7,6%, 6,0%, respectivamente), mas inferior à proporção registrada em Minas Gerais (19,1%) e no Brasil (18,3%).

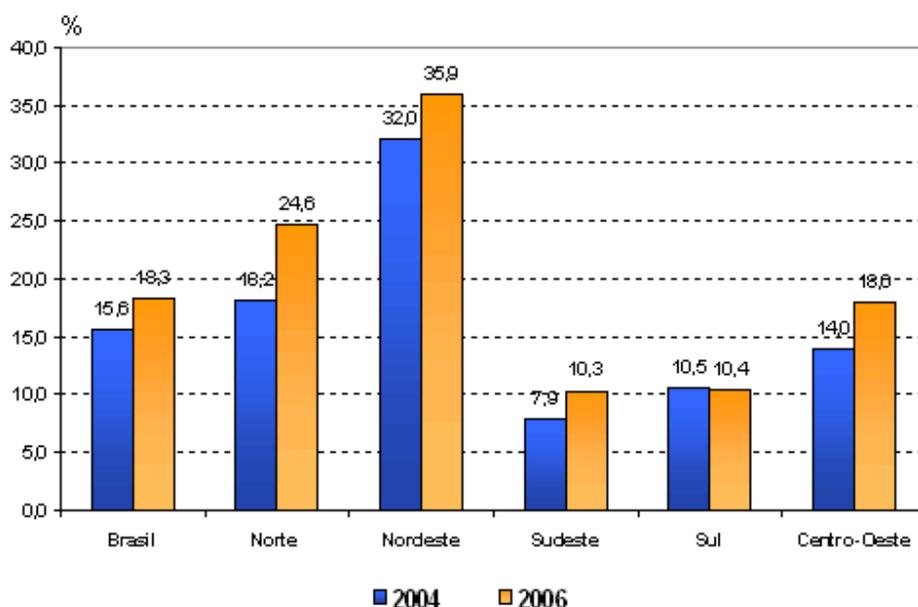
Cobertura dos programas sociais de transferência de renda no Espírito Santo

Os programas sociais de transferência de renda governamentais beneficiaram cerca de 169 mil domicílios. Entre 2004 e 2006, houve um aumento de 17,4% no número de domicílios beneficiados, incorporando novos 25.000 domicílios aos programas sociais. A cobertura é maior para os domicílios com renda mensal domiciliar *per capita* de até 1 / 2 salário mínimo, com quase metade dos domicílios recebendo benefícios, seguindo uma tendência nacional.

¹ O suplemento sobre acesso a transferências de renda de programas sociais governamentais, ou seja, federal, estadual e municipal da PNAD 2006 foi realizada pelo IBGE em parceria com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). O estudo iniciado em 2004 realiza um perfil da população atendida por programas sociais no País e incluiu questões direcionadas para o Programa Bolsa Família (PBF), o Benefício Assistencial de Prestação Continuada (BPC) e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti).

O levantamento da PNAD revela que 44,2% dos domicílios capixabas beneficiados com transferência de recursos de programas sociais em relação ao total de moradias particulares encontravam-se na classe de sem rendimento até ½ salário mínimo, enquanto no Brasil essa proporção alcançou 48%; na faixa de ½ a 1 salário mínimo, 18% das moradias do estado receberam benefícios de programas sociais, *vis-à-vis* 21% observado para o País e naqueles acima de um salário mínimo essa proporção foi de cerca de 3% para o Espírito Santo e Brasil.

Gráfico 1 - Percentual de domicílios que receberam dinheiro de programa social do governo no mês de referência no total de domicílios particulares, por Grandes Regiões - 2004/2006



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2006.

Tabela 1: Percentual de domicílios que receberam recursos de programas sociais, no total de domicílios particulares (%), por classes de rendimento mensal domiciliar *per capita* Brasil e UF – 2006

Unidades da Federação	Percentual de domicílios que receberam dinheiro de programa social do governo, no mês de referência, no total de domicílios particulares (%)			
	Total (1)	Classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i>		
		Sem rendimento a menos de 1/2 do salário mínimo (2)	1/2 a menos de 1 salário mínimo	1 salário mínimo ou mais
Brasil	18,3	47,9	20,6	3,5
Rondônia	16,2	33,5	16,2	3,4
Acre	28,2	50,1	29,7	4,8
Amazonas	24,0	43,0	22,1	7,7
Roraima	50,0	81,0	52,0	21,9
Pará	24,7	41,2	23,2	6,5
Amapá	13,2	29,2	11,3	2,4
Tocantins	31,4	53,1	31,0	11,2
Maranhão	41,3	58,5	33,7	11,5
Piauí	40,2	62,2	32,9	6,8
Ceará	39,0	63,0	32,4	7,3
Rio Grande do Norte	33,5	59,0	28,2	7,5
Paraíba	37,9	66,8	30,2	5,7
Pernambuco	34,9	55,7	30,0	10,4
Alagoas	36,8	55,9	27,2	5,7
Sergipe	24,6	46,8	18,8	3,2
Bahia	33,3	56,5	27,8	7,3
Minas Gerais	19,1	51,4	22,3	3,9
Espírito Santo	16,0	44,2	18,0	2,8
Rio de Janeiro	6,0	22,4	9,3	1,4
São Paulo	7,6	30,5	13,3	1,7
Paraná	12,4	38,2	17,4	2,6
Santa Catarina	5,8	29,8	11,6	1,1

Rio Grande do Sul	11,0	39,9	18,0	1,7
Mato Grosso do Sul	20,1	41,4	26,7	7,9
Mato Grosso	13,8	29,9	16,7	4,7
Goias	21,5	43,7	28,8	8,0
Distrito Federal	11,8	37,4	22,5	3,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

(1) Inclusive os domicílios sem declaração de rendimento mensal domiciliar *per capita*. (2) Inclusive os domicílios cujos componentes receberam somente em benefícios.